



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: PERSPECTIVAS PARA A

LORAINÉ RODRIGUES GARRIDO; DANIELE BERNARDI;

UNOESC

SÃO MIGUEL DO OESTE - SC - CANADÁ

loraine@unoescsmo.edu.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: PERSPECTIVAS PARA A
PRODUTIVIDADE EM UNIDADES PRODUTORAS DE LEITE**

RESUMO

A pesquisa objetivou conhecer as condições que devem existir para o alcance de melhores índices de produtividade, na interface da qualidade de vida no trabalho, em unidades produtoras de leite. A pesquisa foi realizada junto quinze produtores, fornecedores de leite a indústria Gran Padania do Brasil Ltda., localizada no município de Guaraciaba, no Extremo-Oeste de Santa Catarina. Para atender ao propósito da investigação, buscou-se caracterizar as unidades produtoras de leite; identificar o perfil dos produtores; levantar as condições existentes para o desenvolvimento das atividades de produção de leite; identificar indicadores de qualidade de vida no trabalho; identificar índices de produtividade na atividade leiteira; e relacionar os indicadores de qualidade de vida no trabalho com os índices de produtividade. Foi realizado um estudo teórico com verificação empírica. A pesquisa foi do tipo descritiva, sendo realizada na forma de levantamento, com enfoque qualitativo e quantitativo. Os dados foram coletados junto aos produtores de leite, através da aplicação de questionário na forma de escala *Likert*, junto ao Supervisor de Campo da agroindústria, através de entrevista. O estudo aborda temas como, organização rural e agronegócios, gestão do empreendimento rural, agricultura familiar, produção leiteira, qualidade de vida no trabalho, satisfação e produtividade do trabalho. A conclusão do estudo aponta as condições que devem existir para a consecução de melhores índices de produtividade do trabalho: melhorar significativamente o local de trabalho e suas condições de bem-estar e organização, buscando melhorar o desempenho; reduzir a possibilidade de estresse a que é submetido o produtor em sua jornada de trabalho; buscar o equilíbrio entre jornada de trabalho e o tempo de lazer da família; melhorar a remuneração para viver dignamente dentro das necessidades pessoais e dos padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade em que vive; melhorar as perspectivas de avanço salarial; melhorar o grau de segurança quanto a manutenção no seu

trabalho. Acrescenta-se ainda, a necessidade de melhorar o nível de escolaridade dos produtores bem como a capacidade de gestão do empreendimento.

Palavra-chave: Unidades produtoras de leite; Qualidade de vida no trabalho; Produtividade.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: PERSPECTIVAS PARA A PRODUTIVIDADE EM UNIDADES PRODUTORAS DE LEITE

Grupo de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR

1. INTRODUÇÃO

O que se observa em muitas organizações, e a propriedade rural se enquadra como uma delas, é uma preocupação bastante grande com aspectos técnicos orientados para a qualidade do processo produtivo em si, esquecendo-se de investir nas pessoas. Os problemas ligados à insatisfação no trabalho têm como conseqüências, dentre outras, diminuição do rendimento, e efeitos marcantes sobre a saúde física e mental dos trabalhadores e, conseqüentemente, sobre a produtividade.

No Oeste Catarinense, a agricultura responde por 50% da produção total do Estado e as atividades primárias ocupam mais de 51% da sua população economicamente ativa. A produção agropecuária regional é predominantemente familiar, onde 95% da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agrícolas é oriunda do núcleo familiar (MELLO; FERRARI, 2003). O Oeste Catarinense produz mais de 60% da produção de leite do Estado, representando assim uma importante estratégia para inserção da agricultura familiar ao mercado e uma alternativa para o desenvolvimento regional.

Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre produção leiteira, porém o que se observa é a ausência de estudos relacionados a qualidade de vida no trabalho, nas unidades produtoras de leite. Encontram-se estudos sobre qualidade do leite, eficiência técnica na produção de leite, análise e perspectivas do agronegócio do leite, entre outros. O foco nas pessoas, razão de existir das organizações, porém, tem sido desprezado na gestão das propriedades rurais como um todo, em especial, em propriedades produtoras de leite.

Neste sentido, considerou-se importante desenvolver uma pesquisa na região do Extremo-Oeste Catarinense, que investigasse sobre as condições que devem existir para o alcance de melhores índices de produtividade, na interface da qualidade de vida no trabalho,

em unidades produtoras de leite. Para tanto, optou-se em realizar a pesquisa junto a todos os produtores rurais, em número de quinze, fornecedores de leite a indústria Gran Padania do Brasil Ltda., localizada no município de Guaraciaba, no Extremo-Oeste de Santa Catarina. A agroindústria produz o queijo tipo Grana, em parceria com a tecnologia italiana. Partiu-se da idéia de que uma produção de excelente qualidade como a que requer a indústria Gran Padania do Brasil Ltda., de seus produtores, pressupõe um comportamento competitivo por parte dos mesmos e, condições de vida e trabalho que vão além do costumeiramente encontrado nas unidades produtivas.

Para atender o propósito da investigação, buscou-se caracterizar as unidades produtoras de leite; identificar o perfil dos produtores; levantar as condições existentes para o desenvolvimento das atividades de produção de leite; identificar indicadores de qualidade de vida no trabalho; identificar índices de produtividade na atividade leiteira; e relacionar os indicadores de qualidade de vida no trabalho com os índices de produtividade.

Em termos metodológicos, realizou-se um estudo teórico com verificação empírica. A pesquisa foi do tipo descritiva, sendo realizada na forma de levantamento, com enfoque qualitativo e quantitativo. A coleta de dados junto aos 15 produtores de leite deu-se através da aplicação de questionário elaborado na forma de escala *Likert*. Para aplicação dos questionários, foram realizadas visitas em cada uma das quinze propriedades rurais. Foram também coletados dados junto ao Supervisor de Campo da agroindústria, através de entrevista. Teoricamente, o estudo aborda temas como, organização rural e agronegócios, gestão do empreendimento rural, agricultura familiar, produção leiteira, qualidade de vida no trabalho, satisfação e produtividade do trabalho.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 A ORGANIZAÇÃO RURAL E O AGRONEGÓCIO

De acordo com Araújo (2003), por milhares de anos, as atividades agropecuárias conseguiram sobreviver com base na extração, retiravam da natureza o que ela, espontaneamente, lhe oferecia. Os trabalhadores aprendiam empiricamente e caracterizavam-se pela versatilidade. Exerciam suas tarefas de acordo com a época e a necessidade. Existiam dificuldades com estradas, meios de transporte, armazéns, conservação de produtos e de comunicação. As propriedades integravam atividades primárias com atividades industriais (agroindústrias).

Cada dia mais, segundo Araújo (2003), as propriedades rurais perdem sua auto-suficiência e passam a depender mais de insumos e serviços que não os seus. Especializam-se somente em determinadas atividades e dessa forma, geram excedentes de consumo, abastecendo mercados, muitas vezes distantes. As informações externas lhes chegam com maior facilidade, mas tornam-se dependentes de estradas, armazéns, portos e aeroportos, além disso, tornam-se dependentes também, de softwares, bolsas de mercadorias, pesquisas, novas técnicas e acabam por conquistar o mercado, enfrentando a globalização e a internacionalização da economia.

Cada um desses segmentos acaba por assumir funções próprias, ficando cada vez mais especializadas e passando a compor um importante elo do processo produtivo e comercial de cada produto agropecuário. Trata-se, portanto de um complexo de bens, serviços e infraestrutura que envolvem agentes diversos e independentes, representando o que se entende por agronegócios (ARAÚJO, 2003).

Neste sentido, é fundamental compreender o agronegócio dentro de uma visão de sistemas que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “após a porteira”. Os setores “antes da porteira” compreendem os fornecedores de insumos e

serviços, tais como, máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes, tecnologia, financiamento. Os setores “dentro da porteira” são representados pelo conjunto de atividades desenvolvidas dentro das unidades produtivas agropecuárias, ou produção agropecuária propriamente dita e envolve o preparo e manejo de solos, tratos culturais, irrigação, colheita, criações, dentre outros. Finalmente, os setores tidos como “após porteira” referem-se às atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, distribuição, consumo de produtos alimentares, fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa (ARAÚJO, 2003).

Os produtos agropecuários são agrupados nos tipos de produtos comercializados *in natura* e nos produtos que serão processados ou transformados. Os produtos *in natura*, não são submetidos a nenhum tipo de transformação, mas podem ser beneficiados e embalados ou vendidos a granel. Os produtos submetidos a beneficiamento, processamento ou transformação visam a agregação de valores, obtenção de novos produtos e alcance de novos mercados, como por exemplo, a laranja e o leite (ARAÚJO, 2003).

É nas agroindústrias, conforme Araújo (2003), que ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários *in natura* até a embalagem, prontos para a comercialização. De acordo com o autor, em agronegócios existem dois tipos de agroindústrias, agroindústrias não alimentares (fibras, couros, calçados, óleos e outros), e agroindústrias alimentares, voltadas para a produção de alimentos (líquidos e sólidos), como sucos, polpas, lácteos, carnes e outros.

No caso das empresas agroalimentares, os fornecedores têm importância fundamental, uma vez que a qualidade do produto depende muitas vezes dos cuidados dispensados no cultivo e na criação da matéria-prima. Por sua vez, a necessidade de garantia e disponibilidade de fornecedores de determinadas matérias-primas faz com que os setores de processamento firmem contratos de parceria, sendo que um fator que contribui para que existam esses contratos seria o risco associado ao fato de o produtor agropecuário não ter para quem vender ou não conseguir obter um preço justo/adequado (SILVA; BATALHA, 2001).

2.2 GESTÃO DO EMPREENDIMENTO RURAL

Segundo Nantes e Scarpelli (2001), as crescentes e rápidas transformações na sociedade causaram a globalização dos mercados de alimentos e fibras e fizeram com que as margens de lucro ficassem cada vez mais estreitas. Para os empreendimentos rurais, essas transformações tiveram efeitos mais acentuados. Dessas transformações está surgindo um novo posicionamento para as propriedades rurais, onde se busca praticar uma agropecuária moderna e intimamente ligada às agroindústrias ou canais de distribuição. “Diante dessa busca de competitividade, as propriedades rurais estão procurando novos modelos para o padrão gerencial e operacional, considerando o consumidor como principal agente definidor dos padrões de qualidade” (NANTES; SCARPELLI, 2001, p.557).

De acordo com Nantes e Scarpelli (2001), os empreendimentos rurais caracterizam-se por empreendimento rural tradicional, agronegócio em transição e agronegócio moderno. Por empreendimento rural tradicional, entende-se o tipo de empreendimento que utiliza equipamentos agrícolas rudimentares, onde a estrutura organizacional é familiar e as decisões são estritamente empíricas, sujeitas a alto grau de incerteza, gerando resultados, em sua grande maioria, incertos. Neste tipo de empreendimento, não existe flexibilidade na escolha do tipo de produção, que é, em geral, definida com base no histórico familiar e regional. Sua produtividade é inferior a média e decorre de baixa ou má utilização da tecnologia disponível, quer por falta de capital ou desconhecimento.

As propriedades em que algumas técnicas de produção e de administração já foram introduzidas, são representativas do agronegócio em transição. Nelas observa-se uma

preocupação de permanência no mercado e de torna-las empreendimentos competitivos a médio e em longo prazo. Para tanto, são necessários maior diversidade, menores custos, regularidade na entrega e maior quantidade de produtos, podendo chegar a uma necessidade de escala de produção. Para fazer a transição da propriedade rural tradicional para um empreendimento que atenda esses requisitos, não é algo fácil de se realizar. Para tanto, o empreendimento não deve ser encarado como uma unidade independente, mas como um elo de uma cadeia de produção, implicando em estabelecimento de parcerias e distribuição justa de ganhos e prejuízos. Para atingir esse estágio, o produtor rural depende cada vez mais da capacidade gerencial.

Entende-se por agronegócio moderno, aquele empreendimento que superou a fase de transição, estando alinhado com seu mercado consumidor e suficientemente flexível para se ajustar às novas demandas. Essa flexibilidade deve ser entendida como uma capacidade gerencial para buscar alternativas que façam frente as alterações de mercado que são inerentes aos produtos agropecuários. Empreendimento moderno, portanto, é aquele que apresenta equilíbrio entre os aspectos de capacitação gerencial, adequação tecnológica e desempenho econômico.

De acordo com Nantes e Scarpelli (2001), a propriedade rural pode fazer parte do novo modelo estabelecido no ambiente dos agronegócios, uma vez que reconheça a importância da integração dos diversos elos da cadeia produtiva. Ela deve ser encarada como verdadeira empresa, buscando obter conhecimento sobre os mercados em que opera, aumentando o relacionamento com o segmento industrial e canais de distribuição.

2.3 LEITE – ASPECTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO

De acordo com Pinazza e Wedwkin, (2002), a cadeia produtiva do leite evolui a passos largos, porém de forma atropelada e muito heterogeneamente. Metade do universo de criadores nacionais responde por apenas 10% da oferta de matéria prima. Por outro lado, aqueles que extraem acima de 200 litros diários, representam 10% do total e participam com 50% da oferta. Em 1997 havia 1,2 milhões de criadores, agora não passam de três quartos dessa quantidade.

Segundo os autores, em 1998 o governo assumiu a bandeira da granelização, através do Programa Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite, cuja meta era de em meados da década atual os postos de recepção e resfriamentos terão desaparecido e o latão será mera lembrança. Dessa forma, os elos da cadeia ligados a produção – transporte, beneficiamento, industrialização e distribuição – foram dispensando a intermediação entre criador e a indústria.

A granelização desencadeou novos comportamentos, enterrando hábitos centenários na relação existente entre produção e comercialização do leite das fazendas. A coleta a granel traz resultados imediatos e positivos, como a escala de produção. A viabilidade econômica do uso de tanques de resfriamento nas propriedades começa a partir da produção diária de 200 litros. Em termos qualitativos, segundo Pinazza e Wedwkin (2002), a granelização provoca benefícios para o agronegócio. No interior das granjas, as tarefas da ordenha terão de levar a sério os padrões de limpeza e higiene. As perdas no transporte da matéria-prima até a usina diminuem em 5%, igualmente, o pagamento pela qualidade estimula o produtor e oferece ao laticínio matéria-prima de maior aproveitamento industrial.

2.4 A PRODUÇÃO DE LEITE E A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Mello e Ferrari (2003) na região Oeste a agricultura responde por mais de 50% da produção total do Estado, e as atividades primárias ocupam mais de 51% da

população economicamente ativa (PEA). Em 76% dos municípios da região, a agropecuária ocupa mais de 50% da PEA, demonstrando a dependência de sua economia, da agropecuária. A produção agropecuária é predominantemente familiar, 95% da mão-de-obra provêm dos componentes da família. A renda agropecuária regional depende do leite, suínos, milho, feijão, fumo e aves.

A importância econômica da atividade leiteira para um grande número de agricultores do Oeste de Santa Catarina, já foi apontada por Testa et al (apud MELLO; FERRARI, 2003), que destacou como aspecto positivo: capacidade de alta absorção de mão-de-obra; alta capacidade de agregar valor na propriedade; fácil descentralização de unidades industriais; grande alcance social e uso de terras não-nobres. Além do uso de terras não-nobres, a atividade leiteira ocupa mão-de-obra em períodos em que ela estaria ociosa, não fosse a bovinocultura de leite. Segundo Mello (apud MELLO; FERRARI, 2003), outro aspecto de grande importância na viabilização das unidades familiares de produção do Oeste Catarinense, é o fato da atividade possibilitar o ingresso mensal de receitas. A capilaridade da atividade a torna essencial para dinamizar o comércio local, tanto mais, quanto menores os municípios, bem como o recolhimento de ICMS, e na formação dos índices que definem o retorno de impostos, (federais e estaduais).

De acordo com Ferrari et al (2004), de um total de 88 mil estabelecimentos agropecuários existentes na região Oeste de Santa Catarina, estima-se que mais de 40 mil unidades familiares comercializam leite, representando esta atividade uma importante fonte de renda para os agricultores e para a economia regional.

Nos Estados da região Sul do Brasil a expansão da produção de leite tem sido amplamente baseada em unidades familiares. Particularmente em Santa Catarina, essa expansão tem redesenhado o mapa estadual da produção de leite, especialmente após 1990, em que a mesorregião Oeste catarinense produzia 44% em 1985, passando a 56% em 1995/96 e a 60% em 2000, ou seja, a produção estadual vem tendo grande expansão e, concomitantemente, vem se concentrando no Oeste, onde aproximadamente 95% dos estabelecimentos são unidades de produção familiar (FERRARI et al, 2004)

Nos estabelecimentos agrícolas familiares do Oeste de Santa Catarina, segundo Mello e Ferrari (2003), em 1999 o leite participava da ampla maioria dos sistemas de produção, estando presente em cerca de 70% dos quais mais de 60% destes vendem leite fluido, existindo ainda um segmento que produz e vende derivados do leite. O papel que a atividade leiteira desempenha em termos de composição de renda dos estabelecimentos é muito variável, incluindo a situação em que são produzidos leite e derivados para o consumo próprio e esporádicas vendas de alguns derivados. Já em maior quantidade, o leite tem *status* de atividade formadora de renda monetária, em proporções que variam de 10% a 70%. A partir de certo nível de participação na renda total, o leite passa a desempenhar um papel de atividade âncora, em torno desta são articuladas as outras atividades, ficando subordinadas a ela em termos de alocação dos recursos dos estabelecimentos familiares.

O perfil das vendas do leite é um dos indicadores da capacidade de distribuição de renda da atividade. Noventa e um por cento dos produtores de leite do Oeste Catarinense, produzem até 100L/dia, respondendo por dois terços do total das vendas regionais. Esse grupo compreende a ampla maioria do contingente ameaçado de exclusão da atividade, num total aproximado de 35 mil famílias.

No Oeste Catarinense, segundo Mello e Ferrari (2003), a maioria dos produtores, bem como do leite vendido, está vinculada a pequenas unidades de produção. A escala de produção da maioria dos agricultores está entre 2 e 8 vacas ordenhadas, representando 90% dos produtores e dois terços da produção total. O grupo com até 15 vacas ordenhadas (pequenos produtores de leite) totaliza 98% dos produtores e a produção atinge 92% do total de leite comercializado.

Quando se examina a relação entre o tamanho do estabelecimento agropecuário e a produção de leite, se constata que a ampla maioria dos produtores (87,9%) e da produção vendida (83,1%), possuem uma área de 5 a 50 ha.

2.4.1 O perfil dos compradores de leite

Segundo Mello e Ferrari (2003), o processo de implantação em larga escala da atividade leiteira no Oeste iniciou no final dos anos 80, mas se expandiu ainda mais nos anos 90, estando atualmente, num momento de definição e consolidação.

Um estudo realizado pela Epagri/Cepaf, sobre o volume de leite vendido na região em 1999, revelou o perfil dos compradores de leite. Os dados do estudo permitem constatar que naquele ano havia um total de 51 agentes comprando uma produção anual total de 325 milhões de litros de leite, dos quais 305,9 milhões, inspecionados. Os 305 milhões de litros de leite inspecionados foram processados por um conjunto de 51 empresas, 2 multinacionais, 14 cooperativas, 2 laticínios de porte médio, 17 de porte pequeno e 16 miniusinas, além dos 19,2 milhões de litros que foram comercializados na forma de queijo colonial e leite *in natura*.

A análise da participação dos agentes compradores revela um amplo domínio das cooperativas (52,9% do total vendido), mesmo repassando grande parte da produção coletada a uma empresa multinacional. Com grande participação aparecem ainda os laticínios de porte médio (22,2%), os de porte pequeno (13,6%) e as multinacionais (4,7%). Segundo o autor, estes grupos de compradores representam o mercado convencional, que recebe a produção na forma de *commodity*, totalizando 93,4% da produção total. O principal destino dessa produção são os mercados distantes, tendo em vista ser a região superavitária na relação produção/consumo, sendo que seu consumo regional equivale a menos de 30% do total produzido, incluindo leite e derivados. Os 6,6% restantes são comercializados em forma de queijo em feiras livres ou ao consumidor final, leite *in natura* e por miniusinas. A análise do perfil da atividade leiteira, sua produção, transformação e comercialização, revela que a produção de leite da agricultura familiar do Oeste Catarinense está voltada para o mercado e inserida, majoritariamente, como *commodity* (MELLO; FERRARI, 2003).

A inserção no mercado através de produtos artesanais e/ou de produção em pequena escala envolvendo leite e seus derivados não devem ser descartada nas estratégias de desenvolvimento regional, porém não se deve esquecer que a região é fortemente superavitária. Em 2001 a produção exigia a necessidade de colocação de mais de um milhão de litros de leite por dia, na forma de leite fluído e derivados, em mercados extra-regionais. Como o potencial da região é muito maior do que a produção atual, conclui-se que a produção de leite no Oeste Catarinense precisa centrar-se na busca de mercados distantes, necessitando para tanto, combinar produtos com validade longa e, de preferência, de baixo custo de transporte com uma estrutura de produção, transformação, comercialização e distribuição que possibilite o escoamento da produção regional (MELLO; FERRARI, 2003).

2.5 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Segundo Fernandes (1996), atribui-se a Eric Trist e seus colaboradores a origem da denominação qualidade de vida no trabalho, para designar experiências calcadas na relação indivíduo-trabalho-organização, com base na reestruturação da tarefa, com objetivo de tornar a vida dos trabalhadores menos penosa.

Embora diversos autores abordem a qualidade de vida no trabalho sob diferentes enfoques, “algo que parece comum a todos, volta-se para a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao mesmo tempo que melhora a satisfação do trabalhador, melhora a produtividade da organização” (FERNANDES, 1996, p.43).

No entanto, uma das dificuldades para investigar a qualidade de vida nas organizações reside na diversidade das diferenças humanas e diferenças individuais dos valores pessoais e o grau de importância que cada trabalhador dá as suas necessidades, implicando provavelmente em denotado custo operacional (QUIRINO; XAVIER apud FERNANDES, 1996).

A literatura traça a Qualidade de Vida no Trabalho, essencialmente em duas direções amplas. Uma dimensão trata Qualidade de Vida no Trabalho como sendo a existência de um certo conjunto de condições e práticas organizacionais tais como cargos enriquecidos, participação dos empregados nos processos de tomada de decisões, condições seguras de trabalho, entre outras. A outra dimensão equaciona Qualidade de Vida no Trabalho com os efeitos visíveis que as condições de trabalho têm no bem-estar de um indivíduo (manifestações de satisfação no local de trabalho, crescimento e desenvolvimento, capacidade de atender a toda gama de necessidades humanas). Independentemente do conjunto de definições adotado, os elementos que distinguem as questões da Qualidade de Vida no Trabalho são: uma preocupação com o efeito do trabalho nas pessoas bem como na eficácia da organização, e a idéia da participação dos trabalhadores na solução de problemas e tomada de decisões da organização. (BOWDITCH; BUONO, 1999).

Alguns autores como Walton, Lippitt, Westley, Belanger, Wether e Davis, Hackman e Oldham, estruturaram modelos que identificam fatores presentes numa determinada situação de trabalho, que sirvam de critérios mais específicos e indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho, nas organizações (FERNANDES, 1996).

De acordo com Vieira (1996), Richard Walton, através de pesquisas, observações e entrevistas, propôs um modelo bastante amplo, através do qual buscou identificar os fatores e dimensões que afetam de maneira mais significativa o trabalhador na situação de trabalho. Segundo a autora, Walton considera que, dependendo do contexto, novos grupos de critérios diferenciados poderão ser gerados.

Operacionalmente, os termos do modelo de Walton (apud FERNANDES, 1996) podem ser apresentados da seguinte forma:

1. *Compensação justa e adequada*: categoria que visa medir a QVT em relação à remuneração recebida pelo trabalho realizado, dividindo-se de acordo com três critérios: Remuneração adequada: o necessário para se viver dignamente dentro das necessidades pessoais e dos padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade em que vive; Equidade interna: equidade na remuneração entre os membros de uma mesma organização; Equidade externa: equidade na remuneração em relação a outros profissionais no mercado de trabalho.

2. *Condições de trabalho*: mede a QVT em relação às condições existentes no local de trabalho, apresentando os seguintes critérios: Jornada de trabalho: números de horas trabalhadas, prevista ou não pela legislação, em sua relação com as tarefas desempenhadas; Carga de trabalho: quantidade de trabalho executado em um turno de trabalho; Ambiente físico: local de trabalho e suas condições de bem-estar e organização para o desempenho do trabalho; Material e equipamento: quantidade e qualidade de material disponível para a execução do trabalho; Ambiente saudável: local de trabalho e suas condições de segurança e de saúde em relação aos riscos de injúria ou de doenças; Estresse: quantidade percebida de estresse a que o profissional é submetido na sua jornada de trabalho.

3. *Uso e desenvolvimento da capacidade*: diz respeito as oportunidades que o empregado tem de aplicar seus conhecimentos e suas aptidões profissionais, no seu dia-a-dia no trabalho. Entre os critérios destacam-se: Autonomia: medida permitida de liberdade substancial, independência e descrição na programação e execução do seu trabalho; Significado da tarefa: relevância da tarefa desempenhada na vida e no trabalho de outras pessoas, dentro ou fora da instituição; Identidade da tarefa: medida da tarefa em sua integridade e na avaliação do resultado; Variedade da habilidade: possibilidade de utilização

de uma larga escala de capacidades e de habilidades do indivíduo; Retroinformação; informação ao indivíduo acerca da avaliação do seu trabalho como um todo, e de suas ações.

4. *Oportunidade de crescimento e segurança*: tem por objetivo medir a QVT relacionando as oportunidades que a instituição estabelece para o desenvolvimento, crescimento e segurança do emprego de seus empregados. A importância do desenvolvimento e a perspectiva de aplicação desses critérios, são as seguintes: Possibilidade de carreira: viabilidade de oportunizar avanços na instituição e na carreira, reconhecidos por colegas, membros da família, comunidade; Crescimento pessoal: processo de educação continuada para o desenvolvimento das potencialidades da pessoa e aplicação das mesmas; Segurança de emprego: grau de segurança dos empregados quanto a manutenção dos seus empregos.

5. *Integração social na organização*: tem por finalidade medir o grau de integração social existente na instituição. Para tanto, utiliza-se os seguintes critérios: Igualdade de oportunidades: grau de ausência de estratificação na organização de trabalho, em termos de símbolos de “*status*” e/ou estruturas hierárquicas íngremes, e de discriminação quanto à raça, sexo, credo, origens, estilo de vida ou aparência; Relacionamento: grau de relacionamento marcado por auxílio recíproco, apoio sócio-emocional, abertura interpessoal e respeito às individualidades; Senso comunitário: grau de senso comunitário existente na instituição.

6. *Constitucionalismo*: mede o grau em que os direitos dos empregados são cumpridos na instituição. Os critérios apontados são os seguintes: Direitos trabalhistas: observância ao cumprimento dos direitos do trabalhador, inclusive o acesso à apelação; Privacidade pessoal: grau de privacidade que o empregado possui dentro da instituição; Liberdade de expressão: forma como o empregado pode expressar seu ponto de vista aos superiores, sem medo de represálias; Normas e rotinas: maneira como normas e rotinas influenciam o desenvolvimento do trabalho.

7. *Trabalho e espaço total de vida*: tem por objetivo medir o equilíbrio entre a vida pessoal do empregado e a vida no trabalho. Os critérios são os seguintes: Papel balanceado no trabalho: equilíbrio entre jornada de trabalho, exigências da carreira, viagens e convívio familiar; Horário de entrada e de saída do trabalho: equilíbrio dos horários de entrada e saída do trabalho e convívio familiar.

8. *Relevância social da vida no trabalho*: mede a QVT através da percepção do empregado em relação a responsabilidade social da instituição na comunidade, à qualidade de prestação de serviços e ao atendimento a seus empregados. Destacam-se os seguintes critérios: Imagem da instituição: visão do empregado em relação à sua instituição de trabalho: importância para a comunidade, orgulho e satisfação pessoais de fazer parte da instituição; Responsabilidade social da instituição: percepção do empregado quanto à responsabilidade social da instituição para a comunidade, refletida na preocupação de resolver os problemas da comunidade e também de não lhe causar danos; Responsabilidade social pelos serviços: percepção dos empregados quanto à responsabilidade da instituição com a qualidade dos serviços postos à disposição da comunidade; Responsabilidade social pelos empregados: percepção do empregado quanto a sua valorização e participação na instituição, a partir da política de Recursos Humanos.

2.6 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E PRODUTIVIDADE

A expressão Qualidade de Vida no Trabalho tem sido usada para descrever valores relacionados com a qualidade de experiências humanas no ambiente de trabalho, em essência, é um estado da mente, um estado de consciência influenciado por um conjunto de fatores referentes ao trabalho, ao ambiente de trabalho e à personalidade do trabalhador. “As estratégias para a melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho contribuem para o indispensável subproduto melhoria da produtividade” (LASZLO apud LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Melhorar a produtividade significa não só produzir mais e melhores resultados mas também ter um gerenciamento efetivo e participativo, permitindo uma eficiente comunicação, que desenvolva pessoas no sentido completo e que simbolize uma atitude de apoio. “A melhora da produtividade significa motivação, dignidade, participação no desenho e no desempenho do trabalho na organização. Significa desenvolver indivíduos cujas vidas podem ser produtivas em todos os sentidos” (BENNETT apud LIMONGI-FRANÇA; ARELLANO, 2002, p. 302).

Para LIMA (apud LIMONGI-FRANÇA, 2004), a produtividade não está somente associada a processos de produção, mas a todo um conjunto de atividades de gestão, tais como, suprimentos, processos de trabalho, logística de distribuição entre outros e, mais ainda, a produtividade é intrínseca às condições físicas, mentais e ambientais do mundo do trabalho.

A melhoria da qualidade de vida não pode ser discutida sem o reconhecimento de que o conceito de produtividade vai além da idéia de uma boa produção ou de ser eficiente, mas é um conceito que encontra suas raízes no dinamismo humano, porque tem indispensável conexão com a melhoria da qualidade de vida de cada pessoa no trabalho e suas conseqüências fora dessa esfera.

2.7 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

De acordo com Carvalho e Serafim (2001), a palavra produtividade é empregada por milhões de pessoas das mais diversas procedências, tendo como denominador comum, o interesse em conseguir melhorar o rendimento do trabalho. Porém, este rendimento envolve vários fatores como: qualidade e quantidade de matérias-primas empregadas, atualização tecnológica utilizada, habilidade profissional dos empregados, condições ambientais do trabalho, etc. Entretanto, dentre todos os fatores, o destaque está representado pelo grau de interesse com que os empregados utilizam sua capacidade para aumentar a quantidade e a qualidade do rendimento de suas tarefas. “É a esse fator determinante de maior eficiência das tarefas pessoais que se dá o nome de ‘produtividade do trabalho’, à qual depende exclusivamente da motivação interior do indivíduo” (CARVALHO; SERAFIM, 2001, p. 160).

Faria (apud CARVALHO; SERAFIM, 2001, p.161), caracteriza a produtividade (Pt) como sendo “[...] a relação entre uma quantidade física da produção e o tempo (hora-homens-hora ou unidade conveniente) de duração do trabalho para realizá-lo”. Ele assim expressa em sua fórmula:

$$Pt = \frac{\text{Produção realizada}}{\text{Nº de horas de trabalho}} \quad \text{ou} \quad \frac{\text{Quantidade de produção}}{\text{Homens-hora (3)}}$$

De acordo com Moreira (1994), a palavra produtividade possui muitos sentidos, cada qual adaptado a determinados objetivos e usos, nem sempre de maneira muito clara. Seu estudo envolve problemas conceituais, problemas de medida e problemas de análise e interpretação. Não se tem dúvida que, para muitas pessoas, a palavra produtividade possa estar indicando coisas diferentes.

Como produtividade é essencialmente uma relação entre produção e insumos, é importante estabelecer as principais formas de se medir essas grandezas. Medir fisicamente a produção exige a existência de um produto único, com uma unidade natural (tonelada, barris, metros, etc). No que se refere a medida de mão-de-obra, o número de homens hora que estiverem disponíveis no período considerado, é a melhor medida do insumo mão-de-obra, a que mais de perto retrata o esforço produtivo.

As causas da produtividade são muitas, não existe ainda fórmula que descreva de maneira precisa o comportamento humano em geral e a produtividade em particular. Porém, já se sabe o bastante sobre o comportamento dos trabalhadores para se remover parte da incerteza dos motivos que levam os mesmos a serem produtivos. “Três fatores importantes afetam a produtividade da mão-de-obra: desempenho do empregado no trabalho; tecnologia, máquinas, ferramentas e métodos de trabalho que sustentam e auxiliam o trabalho deles; e qualidade do produto” (GAITHER; FRAZIER, 2002, p.461).

O desempenho do empregado no trabalho é um assunto de muita complexidade, uma vez que todas as pessoas são diferentes. Capacidade, personalidade, interesses, ambições, níveis de energia, educação, treinamento e experiência variam muito. A motivação talvez seja a variável mais complexa na equação da produtividade, uma vez que representa aquilo que motiva uma pessoa a agir de determinada maneira. Somente necessidades não satisfeitas são motivadores. “Se a produtividade for vista pelos empregados como um meio de satisfazer suas necessidades, é provável que isso resulte em elevada produtividade. Assim que os empregados tiverem suas necessidades satisfeitas através de recompensas condicionadas à produtividade, é provável que o processo se repita” (GAITHER; FRAZIER, 2002, p.464).

2.8 A SATISFAÇÃO NO TRABALHO

De acordo com Robbins (1999), satisfação com o trabalho define-se, simplesmente, como a diferença entre a quantidade de premiações que os trabalhadores recebem e a quantidade que acreditam que deveriam receber. [...] satisfação no trabalho é o grau segundo o qual os indivíduos se sentem de modo positivo ou negativo com relação ao trabalho. É uma atitude, ou resposta emocional, às tarefas de trabalho assim como às condições físicas e sociais do local de trabalho (SCHERMERHORN, JR.; HUNT; OSBORN, 1999, p.93).

Segundo Robbins (1999), os fatores mais importantes que conduzem a satisfação no trabalho são: *Trabalho mentalmente desafiador* – empregados tendem a preferir trabalhos que lhes dêem oportunidades para usar suas habilidades e capacidades e ofereçam uma variedade de tarefas, liberdade e retorno de como eles estão se saindo. Isso torna o trabalho desafiador, trabalhos com poucos desafios criam o tédio, mas desafios demais criam frustração e sentimentos de fracasso. Mas desafios moderados, causará, para a maioria dos empregados, prazer e satisfação. *Recompensas justas* – quando o pagamento é visto como justo com base nas exigências do trabalho, no nível de habilidade do indivíduo e nos padrões de pagamento do mercado, o resultado provável é a satisfação. Mas, a chave para ligar pagamento à satisfação não é o valor absoluto de quanto alguém recebe; é a percepção de justiça. *Condições de trabalho apoiadoras* – empregados se preocupam com seus ambientes de trabalho, tanto por conforto pessoal quanto por facilitarem a realização de um bom trabalho. Preferem ambientes físicos que não sejam perigosos ou desconfortáveis. Temperatura, iluminação, barulho e outros fatores ambientais, não deveriam estar em nenhum extremo. Preferem trabalhar relativamente perto de casa, em instalações limpas e relativamente modernas e com ferramentas e equipamentos adequados. *Colegas que dão apoio* – para maioria dos empregados o trabalho também preenche a necessidade de interação social. Ter colegas amigáveis e que dêem apoio, leva a um aumento da satisfação no trabalho, e aumenta ainda mais se o supervisor imediato for compreensível e amigável, oferecendo elogios pelo bom desempenho, ouvindo a opinião dos empregados, mostrando interesse pessoal por eles.

2.9 SATISFAÇÃO NO TRABALHO E DESEMPENHO

Para Schermerhorn e Hunt (1999), existem três pontos de vista a serem considerados sobre a relação entre satisfação no trabalho e desempenho: satisfação causa desempenho, o desempenho causa satisfação e, as recompensas causam tanto satisfação quanto desempenho.

a) *Satisfação causa desempenho* – embora a satisfação por si só provavelmente não seja uma garantia confiável do desempenho individual, certamente é uma questão importante de qualidade de vida no trabalho. As pessoas merecem estar satisfeitas com seu trabalho e podem ficar. A satisfação é um dos mais vastos conjuntos de variáveis que podem juntos prever o desempenho.

b) *Desempenho causa satisfação* – Como a satisfação resulta do desempenho, deve-se prestar atenção em ajudar as pessoas a atingir um ótimo desempenho; a satisfação viria depois. Treinamento, instruções de trabalho e apoio no mesmo, teriam maior ênfase para conseguir que a pessoa tenha um bom desempenho, que uma vez alcançado, o funcionário se sente positivamente em relação ao trabalho, assim, a satisfação resulta do desempenho. Pesquisas mostram que há uma relação entre o desempenho individual medido numa ocasião e posterior satisfação no trabalho. O desempenho traz recompensas que, por sua vez, trazem satisfação. O desempenho vai trazer satisfação somente se as recompensas foram consideradas justas, se isso não ocorrer o efeito desempenho-causa-satisfação não vai ocorrer.

c) *As recompensas causam tanto satisfação quanto desempenho* – esse argumento sugere que tanto o desempenho quanto a satisfação são ambos comandados pela recompensa. Pesquisas mostram que as pessoas que recebem grandes recompensas têm maior probabilidade de relatar alta satisfação no trabalho, também concluem que as recompensas precisam ser contingenciais em relação ao desempenho para influenciá-lo. A satisfação e o desempenho devem ser considerados dois resultados separados, mas inter-relacionados, e ambos são influenciados pela alocação de recompensas, assim, as recompensas bem-administradas são consideradas as chaves para criar tanto a satisfação quanto um alto desempenho para a força de trabalho.

De acordo com Robbins, (1999), nos anos 50 e 60, várias revisões foram feitas abrangendo estudos que procuravam estabelecer a relação entre satisfação e produtividade. Estas relações não puderam encontrar qualquer relação consistente. Já estudos nos anos 90 apresentam algum sentido da evidência. Uma revisão cuidadosa da pesquisa indica que a relação entre satisfação e produtividade é mais forte quando o comportamento do empregado não é restringido nem controlado por fatores externos, a correlação é mais forte também para empregados de nível mais alto. Outra conclusão que pode ser considerada válida é de que, a produtividade leva a satisfação, mais do que o contrário. Quando dados de satisfação e produtividade são reunidos para a organização como um todo, mais do que em nível individual, descobrimos que as organizações com mais empregados satisfeitos tendem a ser mais eficazes do que organizações com menos empregados satisfeitos (ROBBINS, 1999, p. 99).

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

A agroindústria Gran Padania do Brasil Ltda., está localizada no município de Guaraciaba, no Extremo-Oeste de Santa Catarina. A agroindústria é a primeira *joint venture* a produzir o queijo tipo Grana, em parceria com a tecnologia italiana. A *joint venture* é composta por três empresários, Sr. Acari Luiz Menestrina, proprietário do Grupo Cedrense, Sr. Luigg Ghizzini, empresário do setor leiteiro na Itália e pelo Sr. Mário Dal Bianco, empresário da indústria de equipamentos, também da Itália.

Sua produção atual é de 1000 quilos de queijo por dia, armazenados em uma câmara fria com 600 metros quadrados com capacidade de armazenar até 6 mil peças de queijos em formas de 38 quilos. Esse tipo de queijo leva um ano para maturar. Os queijos possuem a

marca Gran Mestri e são comercializados em formas inteiras e em formas fracionadas, ou seja, meia forma, cunha, cubo e ralado. Além de 20 empregos diretos, a indústria trabalha com 15 produtores selecionados para poder fornecer leite de alta qualidade e poder vir a exportar o produto da marca. Esses produtores estão tendo oportunidade de receber conhecimentos e tecnologia européia. Com a *joint venture*, um dos objetivos da Gran Padania é suprir a demanda de queijos finos no país.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTORA DE LEITE

Os resultados referentes a caracterização das unidades produtoras de leite apontam para estruturas familiares bastante solidificadas.

Analisando-se os dados referentes as características das unidade produtoras de leite, constata-se que em 100% delas, quem administra a propriedade é o proprietário. Em 75% dos casos pesquisados, a terra utilizada é própria. Trinta e três por cento dos produtores estão desenvolvendo atividade na sua propriedade a um intervalo de tempo de 21 a 30 anos. Observando-se as demais faixas de tempo, percebe-se que a maioria (73%) desenvolve atividades na propriedade a mais de 20 anos.

Para 40% dos produtores, a área de terra total da propriedade, compreende 50 ha, e no que se refere a água utilizada na propriedade, 47% das propriedades utilizam água de nascente e a maioria dos pesquisados não faz o tratamento da água. A mão-de-obra utilizada em 54% das propriedades é somente familiar e apenas 13% utiliza somente mão-de-obra contratada. As principais atividades desenvolvidas nas propriedades, em ordem de importância econômica e também em volume de produção, são o leite, o suíno e o milho. Conforme Mello e Ferrari (2003), a renda agropecuária regional depende do leite, suíno e milho, seguidos de feijão, fumo e aves.

Entende-se que a maioria das unidades produtoras de leite enquadram-se no tipo de empreendimento rural denominado “tradicional”, ou no máximo, em fase de passagem para o agronegócio em transição. Algumas poucas propriedades já são representativas do agronegócio em transição.

A passagem de um empreendimento tradicional para o agronegócio em transição conforme Nantes e Scarpelli (2001), não é algo fácil de se realizar. Para isso, o empreendimento não deve ser encarado como uma unidade independente, mas como um elo de uma cadeia de produção, implicando em estabelecimento de parcerias e distribuição justa de ganhos e prejuízos. Para atingir esse estágio, o produtor rural depende cada vez mais da capacidade gerencial. Para os autores, a propriedade rural pode fazer parte do novo modelo estabelecido no ambiente dos agronegócios, para tanto terá que reconhecer a importância da integração dos diversos elos da cadeia produtiva. Ela deve ser encarada como verdadeira empresa, buscando obter conhecimento sobre os mercados em que opera, aumentando o relacionamento com o segmento industrial e canais de distribuição.

4.3 PERFIL DOS PRODUTORES

Dos produtores pesquisados, respondentes da pesquisa, 80% são do sexo masculino e 54% possuem entre 41 a 50 anos. Se somados a esses últimos os 20% de produtores que possuem de 51 a 60 anos, obtém-se 74%, indicando um grupo supostamente maduro e com bom tempo de experiência na atividade agropecuária. A maioria dos produtores é natural de Guaraciaba (46%) e são José do Cedro (12%). Do total dos produtores, 35% são de naturalidade gaúcha. No que se refere a escolaridade, 40% possuem o ensino fundamental incompleto, e apenas 27% concluíram o ensino médio. Todos os produtores são casados e 40% deles possuem três filhos observa-se também que as famílias são de pequeno porte, uma

vez que somado o número de produtores que possuem dois filhos, chega-se a 73%. A maioria dos filhos reside na propriedade, ou seja, 87% dos casos. Oitenta por cento dos produtores desenvolvem somente a atividade agropecuária.

Entende-se que a necessária capacitação gerencial dos produtores passa também pelo seu nível de escolaridade, o que indica a necessidade dos produtores buscarem, pelo menos, concluírem o ensino fundamental, para os que ainda não o fizeram.

4.4 CONDIÇÕES EXISTENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE LEITE

A área de terra utilizada para produção leiteira, para 40% dos produtores, está na faixa de 11 a 20 ha. A maioria (86%), utiliza área plana a levemente inclinada. Sessenta por cento das propriedades utiliza mão-de-obra totalmente familiar. Em termos de estrutura física, a maioria das propriedades possui estábulo (87%), sala de ordenha (67%), sala de leite (67%) e cocho para volumoso (93%). As instalações na sua grande maioria são rudimentares.

Quanto aos equipamentos utilizados, a maioria (80%), possui ordenhadeira e aquecedor de água (93%). Todos possuem resfriador/tanque de expansão. Noventa e três por cento dos produtores recebem algum tipo de assistência técnica e todos os produtores utilizam pastagem e ração na alimentação dos animais. Em 93% das propriedades, utilizam também a silagem.

Trinta e três por cento dos produtores possuem mais de 50 animais. Se somadas as faixas de 21 a 30 e 31 a 40 animais, obtém-se 54%, ou seja, a maioria possui mais de 20 animais.

Das propriedades pesquisadas, 60% possuem de 16 a 30 vacas em lactação e, 66% possuem até 10 vacas secas. Todos utilizam animais da raça Holandesa e, alguns deles (33%) utilizam também animais da raça Jersey. Todas propriedades utilizam a técnica de inseminação artificial. No controle sanitário os produtores utilizam a desvermifugação, as vacinas e, um deles, utiliza a homeopatia.

Para 40% dos produtores, o litro de leite custa entre R\$ 0,31 a 0,40 que, se somados aos que possuem um custo de R\$ 0,41 a 0,50, obtém-se uma faixa de R\$ 0,31 a 0,50 o custo do litro de leite. A participação do leite na propriedade, para 33% dos produtores, corresponde a faixa de 61 a 80%. Acima disso, apenas 20% deles.

A participação do leite na renda da propriedade varia significativamente entre 21% a mais de 80%, com um destaque para a faixa de 61% a 80%. Segundo Mello e Ferrari (2003), o papel que a atividade leiteira desempenha em termos de composição de renda dos estabelecimentos é muito variável, incluindo a situação em que são produzidos leite e derivados para o consumo próprio e esporádicas vendas de alguns derivados. Já em maior quantidade, o leite tem *status* de atividade formadora de renda monetária, em proporções que variam de 10% a 70%. A partir de certo nível de participação na renda total, o leite passa a desempenhar um papel de atividade âncora, em torno desta são articuladas as outras atividades, ficando subordinadas a ela em termos de alocação dos recursos dos estabelecimentos familiares.

Conforme Ferrari et al (2004), a produção de leite no Oeste catarinense vem se transformando e se consolidando como atividade estratégica para a agricultura familiar e para o desenvolvimento local/regional, com grande alcance social, papel que, na região, foi historicamente desempenhado pela suinocultura, atividade essa que vem passando por uma forte concentração.

4.5 ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE NA UNIDADE PRODUTORA DE LEITE

As atividades relacionadas a produção de leite são desenvolvidas pelas mesmas pessoas, durante os sete dias da semana em 73% das propriedades, poucos utilizam o sistema de revezamento proporcionando alguma folga para um de seus membros. Em 33% das propriedades cada pessoa trabalha de 4 a 6 horas nas atividades relacionadas a produção de leite. Se somadas as faixas de 7 a 9 horas e acima de 9 horas, tem-se que 47% trabalha acima de 7 horas diárias na atividade leiteira. Em 60% dos casos, existem de 3 a 5 pessoas desenvolvendo essas atividades. Os horários de desenvolvimento das atividades variam bastante. No período matutino, o início e término da atividade, variam das 4h39min as 8h30min, e no período vespertino, varia entre 14 horas e 19h30min.

A maioria dos produtores (54%) produz mais de 500 litros/dia, sendo que esse número pode chegar a 2000 litros/dia. Ninguém produz menos de 200 litros/dia. Esses índices ficam acima dos índices da região do Oeste de Santa Catarina que apresenta 91% dos produtores de leite produzindo até 100 litros/dia.

Sessenta por cento das propriedades produzem de 15 a 20 litros de leite/vaca/dia. Os restantes 40% produzem de 21 a 25 litros de leite/vaca/dia. Em 48% das propriedades são produzidos mais de 15.000 litros de leite/vaca/ha, variando entre 15.000 a 22.800. As propriedades que menos produzem, ficam com 5.000 a 8.000 litros de leite/ano/ha. Quanto ao valor recebido pelo litro de leite, tem-se que 53% das propriedades recebem de R\$ 0,46 a R\$ 0,50 o litro de leite. Os extremos ficam com 27% que recebem de R\$ 0,41 a 0,45 e 7% que recebem de R\$ 0,56 a R\$ 0,60.

4.6 INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Para um melhor entendimento, os dados são apresentados subdivididos em Blocos, sendo que em cada um deles consta um conjunto de perguntas. Os Blocos utilizados seguem o Modelo de Walton, que utiliza oito dimensões que identificam fatores determinantes de Qualidade de Vida no Trabalho, a saber: compensação justa e adequada; condições de trabalho; uso e desenvolvimento de capacidades; oportunidade de crescimento e segurança; integração social na organização; constitucionalismo; o trabalho e o espaço total de vida e, relevância social do trabalho na vida.

As opções de respostas são apresentadas em categorias que variam entre manifestações positivas e negativas a respeito das dimensões utilizadas para análise.

4.6.1 Pergunta Inicial (aberta)

Perguntado aos produtores sobre sua opinião quanto ao significado de Qualidade de Vida no Trabalho, 11 produtores responderam que significa sentir-se bem fazendo o que faz (73%), seguido de oito manifestações associando qualidade de vida no trabalho as condições de trabalho (53%) e, sete manifestações associando ao aspecto da remuneração (47%). Outras manifestações de baixa representatividade associam com política de preços, valorização da agricultura e de não dependência dos outros.

4.6.2 Indicadores de qualidade de vida no trabalho na unidade produtora de leite

a) Dimensão - “Compensação justa e adequada”

No geral os produtores pesquisados podem ser considerados satisfeitos em relação a remuneração recebida pelo trabalho realizado. No entanto, tem-se quase 30 % de discordantes, ou seja, insatisfeitos, em relação a remuneração de outros profissionais no mercado de trabalho. Especial atenção deve ser dada ao item 3, onde constam 40 % de

produtores pesquisados que consideram a remuneração recebida não suficiente para viver dignamente de acordo com suas necessidades.

b) Dimensão “Condições de trabalho: saúde e segurança”

Consideram-se preocupantes os percentuais apresentados nesse Bloco, especialmente os itens 1, 3, 6 e 7. O percentual de satisfação totaliza apenas 62%.

c) Dimensão “Uso e desenvolvimento das capacidades”

A maioria (87%) dos produtores pesquisados encontra-se satisfeito em relação a oportunidades de aplicar seus conhecimentos e suas aptidões profissionais, no seu dia-a-dia no trabalho.

Merece destaque o aspecto relacionado a importância da tarefa na avaliação dos resultados, onde 100% manifestaram-se satisfeitos, bem como o significado de sua tarefa na vida e no trabalho de outras pessoas, que obteve 87% de satisfação. Esse resultado pode estar relacionado a promoção da auto-imagem positiva. Para quase 30% dos produtores, suas atividades estariam aquém da possibilidade de utilização de seus conhecimentos e de habilidades.

d) Dimensão “Oportunidade de crescimento e segurança”

Quanto a oportunidade para o desenvolvimento, crescimento e segurança no seu trabalho, a maioria dos produtores sente-se satisfeita. No entanto, nos itens 3 e 4, o percentual de insatisfação é bem significativo. Para eles as perspectivas de avanço salarial não são boas e não se sentem seguros quanto a manutenção na sua atividade.

e) Dimensão “Integração social na organização”

A integração social nas organizações pesquisadas é muito boa, sendo que 91% dos produtores está satisfeito com esse item.

f) Dimensão “Constitucionalismo”

O grau em que os direitos dos trabalhadores são cumpridos na propriedade, recebe 90% de respostas de produtores satisfeitos.

g) Dimensão “O trabalho e espaço total de vida”

Para 70% dos produtores existe equilíbrio entre a vida pessoal e a vida no trabalho. No entanto, 30% dos produtores não está satisfeito em relação a esse aspecto, em especial na categoria 3, onde constam 66% de insatisfeitos com o equilíbrio entre jornada de trabalho e o tempo de lazer da família (folga/finais de semana/férias). Justifica-se uma atenção especial a esse item.

h) Dimensão “Relevância social da vida no trabalho”

A responsabilidade social da propriedade na comunidade e na qualidade de prestação de serviços está muita bem manifestada por 91% dos produtores pesquisados, percebendo-se satisfeitos.

Tabela 1 – Percentual geral dos indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho dos produtores de leite, fornecedores do produto a Gran Padania do Brasil Ltda., Guaraciaba, 2005

Indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho	% Satisfação	% Insatisfação
1 - Compensação justa e adequada	71	29
2 - Condições de trabalho – saúde e segurança	62	38
3 - Uso e desenvolvimento das capacidades	87	13
4 - Oportunidade de crescimento e segurança	75	25
5 - Integração social na organização	91	09
6 - Constitucionalismo	90	10
7 - O trabalho e espaço total de vida	70	30
8 - Relevância social da vida no trabalho	91	09
<i>Média (soma total/nº respostas)</i>	<i>80</i>	<i>20</i>

Fonte: Dados primários, 2005.

A apresentação do resultado final dos oito blocos de indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho aponta para 80% de satisfação geral dos produtores pesquisados.

Considerando-se as quatro dimensões indicadoras de Qualidade de Vida no Trabalho, que ficaram abaixo dos 80% de satisfação obtidos no índice geral, verifica-se que a dimensão relacionada a “Condições de trabalho – saúde e segurança” é a que requer maior atenção, uma vez que obteve apenas 62% de satisfação. As demais, “O trabalho e o espaço total da vida” (70%), “Compensação justa e adequada” (71%) e, “Oportunidade de crescimento e segurança” (75%), devem merecer igualmente, um olhar diferenciado.

Na dimensão de percentual mais baixo que trata das condições de trabalho, os aspectos que parecem estar diretamente relacionados ao produtor de leite, diz respeito ao número de horas trabalhadas em relação a tarefa desempenhada; o local de trabalho e suas condições de bem-estar e organização; o estresse a qual é submetido em sua jornada de trabalho

4.6.3 Perguntas finais (abertas)

Quando indagados sobre estar satisfeitos com a sua qualidade de vida, 73% afirmam que sim, estão satisfeitos; 20% dizem estar parcialmente satisfeitos e, apenas 7% dizem não estar satisfeitos.

Foi solicitado que os produtores pesquisados relacionassem duas razões pelas quais desenvolvem a atividade. As razões com maior número de manifestações foram, por gostar (47%), por ser meio de sobrevivência (27%)e, por representar uma renda mensal e estável (20%). As demais manifestações mencionam: não precisa muita mão-de-obra; progredir para futuro dos filhos; bem estar; realização profissional; vocação; por acreditar na atividade; lazer; não tem estudo para sair da agricultura; não saber fazer outra coisa.

Quanto aos dois fatores que mais geram insatisfação, os produtores mencionaram: a ausência/inexistência de preço; baixo preço do produto; baixa remuneração/crise/falta de recursos; falta de crédito; insegurança; não poder adquirir mais terra; doença dos animais; riscos da saúde animal; sobrecarga de trabalho; não ter férias.

Pode-se observar que de maneira geral, o aspecto financeiro (renda) e as condições de trabalho, deixam os produtores insatisfeitos em desenvolver essa atividade.

4.6.4 Entrevista com o Supervisor de Campo da agroindústria

O entrevistado afirmou que a produção que vem sendo obtida junto aos seus fornecedores satisfaz a indústria. Quanto aos critérios adotados pela mesma para a formação do preço do litro de leite pago ao produtor, o entrevistado afirmou que seguem as tendências de mercado, geralmente quando falta produto, aumenta o preço, e quando tem oferta cai o preço. A tendência é de pagar o leite por qualidade (gordura, caseína, proteína, C.C.S.). Sobre os índices de produtividade que a empresa vem obtendo juntos aos seus fornecedores, são considerados excelentes, podendo melhorar um pouco, passando de 20 litros/dia para 25 litros/dia.

Perguntado sobre três fatores, em ordem de importância para a indústria, que contribuem para melhores índices de produtividade, obtidos junto aos fornecedores, mencionou: baixar custos; aumentar a gordura, a proteína e a caseína e, baixar os índices de C.C.S. e contagem bacteriana.

Quanto a percepção da indústria sobre as condições existentes na atividade leiteira, no que se refere a qualidade de vida no trabalho, de seus fornecedores de leite, o supervisor afirmou que algumas propriedades possuem qualidade de vida boa. Na maioria, ainda falta melhorar a estrutura física, construções e equipamentos. O gerenciamento das propriedades tem sido um fator determinante na qualidade de vida dos produtores de leite.

No que se refere a percepção da indústria sobre as condições que deveriam existir na atividade leiteira, no aspecto de qualidade de vida no trabalho, de seus fornecedores de leite, foi mencionada a necessidade de gerenciamento, de planejamento e de rodízio dos trabalhadores na ordenha e condições financeiras para as melhorias na propriedade.

De acordo com as necessidades apontadas, a percepção da indústria é de que a mesma poderia vir a garantir a compra do produto; efetuar o pagamento do leite por qualidade; facilitar o acesso a captação de recursos, até para facilitar o trabalho e aumentar a eficiência e a produtividade.

4.6.5 Relação dos indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho com os índices de produtividade do trabalho

Os indicadores de Qualidade de vida no trabalho apontaram para um índice de 80% de satisfação dos produtores de leite, no total das oito dimensões utilizadas pelo Modelo de Walton.

Lembrando Schermerhorn e Hunt (1999), existem três pontos de vista a serem considerados sobre a relação entre satisfação no trabalho e desempenho: satisfação causa desempenho, o desempenho causa satisfação e, as recompensas causam tanto satisfação quanto desempenho. Do ponto de vista que satisfação causa desempenho, é importante destacar que a satisfação pode vir a prever o desempenho, mas por si só não é garantia confiável. Do ponto de vista de que desempenho causa satisfação, no caso da pesquisa, tem-se que o desempenho (produtividade) traz recompensa (renda) que traz satisfação. É importante, no entanto, lembrar de que o desempenho vai trazer satisfação somente se as recompensas foram consideradas justas, se isso não ocorrer o efeito desempenho-causa-satisfação não vai ocorrer. De acordo com o terceiro ponto de vista, a recompensa causa satisfação e desempenho, ou seja, satisfação e desempenho são comandados pela recompensa.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou saber quais as condições que devem existir para o alcance de melhores índices de produtividade na interface da qualidade de vida no trabalho em unidades produtoras de leite, fornecedoras do produto a indústria Gran Padania do Brasil Ltda., localizada no município de Guaraciaba/SC. De acordo com o objetivo proposto, descreve-se a seguir, os aspectos que devem merecer a necessária atenção para a consecução de melhores índices de produtividade: as propriedades devem melhorar significativamente o local de trabalho e suas condições de bem-estar e organização, buscando melhorar o desempenho; reduzir/ minimizar a possibilidade de estresse a que é submetido o produtor em sua jornada de trabalho; buscar o equilíbrio entre jornada de trabalho e o tempo de lazer da família (folga/finais de semana/férias); melhorar a remuneração de forma a adequá-la para viver dignamente dentro das necessidades pessoais e dos padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade em que vive; melhorar as perspectivas de avanço salarial; melhorar o grau de segurança quanto a manutenção no seu trabalho. Acrescenta-se ainda, a necessidade de melhorar o nível de escolaridade dos produtores bem como a capacidade de gestão do empreendimento. As condições financeiras devem também ser melhoradas e, o produtor deve ter a consciência de que necessita produzir mais com menos meios, tornando o trabalho mais eficiente e conseqüentemente obtendo melhor produtividade.

É interessante lembrar os três pontos que, entre as questões abertas e fechadas, houve a confirmação das necessidades dos produtores, ou seja, o gostar e sentir-se bem com o que faz, ter condições adequadas de trabalho e ter uma renda que atenda suas necessidades.

No que se refere a condições de trabalho, segundo Robbins (1999), a preocupação do empregado reside tanto com relação a conforto pessoal quanto por facilitarem a realização de um bom trabalho. Eles preferem ambientes físicos que não sejam perigosos ou desconfortáveis. Temperatura, iluminação, barulho e outros fatores ambientais, não deveriam estar em nenhum extremo. Preferem trabalhar relativamente perto de casa, em instalações limpas e relativamente modernas e com ferramentas e equipamentos adequados.

Para Wagner III e Hollenbeck (2000), os extremos podem ocasionar reações emocionais negativas, podendo afetar atitudes de trabalho, bem como o desempenho na tomada de decisões; tarefas diferentes exigem diferentes níveis ótimos de iluminação, estando a escuridão significativamente correlacionada com insatisfação. Características como limpeza, instalações ao ar livre e riscos à saúde desempenham um papel importante na determinação do modo como as pessoas realizam suas tarefas.

Em relação a renda, o importante é que, quando o pagamento é visto como justo com base nas exigências do trabalho, no nível de habilidade do indivíduo e nos padrões de pagamento do mercado, o resultado provável é a satisfação. Mas, a chave para ligar pagamento à satisfação não é o valor absoluto de quanto alguém recebe; é a percepção de justiça (ROBBINS, 1999).

Conforme Quirino e Xavier (apud FERANDES, 1996), uma das dificuldades para investigar a qualidade de vida nas organizações encontra-se na diversidade das diferenças humanas e diferenças individuais dos valores pessoais e o grau de importância que cada trabalhador dá as suas necessidades. Essas diferenças são cruciais na determinação de seu grau de satisfação no trabalho. De acordo com Wagner III e Hollenbeck (2000), algumas pessoas atribuem maior importância a segurança no trabalho, enquanto outras podem estar mais interessadas em que o trabalho seja divertido ou que ajude os outros. Quanto a percepção, sabe-se que a satisfação está baseada em na percepção da situação atual em relação a valores, nesse sentido, é importante atentar para a percepção que o indivíduo tem da situação e não, para a própria situação concreta, assim será possível entender as reações pessoais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andréa Lago da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v.1, p.23-63.
- BAWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- CARVALHO, Antonio Vieira de; SERAFIM, Ozeléa C. Gomes. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- FERNANDES, Eda. **Qualidade de vida no trabalho**. 2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.
- FERRARI, Dilvan et al. Agricultura Familiar, Produção de Leite e Desenvolvimento Territorial: Os Desafios para a Inserção Econômica. In: XLII CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais ... Cuiabá/MT**, 2004.
- GAIDER, Norman; FRAZIER, Greg. Produtividade, trabalho em equipe e empowerment. In: **Administração da produção e operações**. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.
- LIMOGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de Vida no Trabalho – QVT**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. Qualidade de Vida no Trabalho. In: FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.) et al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002. p. 295-306.
- MELLO, Márcio Antonio de; FERRARI, Dilvan Luiz. A base agrícola do Oeste Catarinense, a importância e o perfil da atividade leiteira. In: TESTA, Vilson Marcos et al. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: SAR, 2003. p. 15-33.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Os benefícios da produtividade industrial**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- NANTES, José Flávio Diniz; SCARPELLI, Moacir. Gestão da produção rural no agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v.1, p. 556-584.
- PINAZZA, Luiz Antonio; WEDWKIN, Regis Alimandro Ivan (Orgs). **Agenda para a competitividade do Agribusiness Brasileiro – Base estatística 2001/02**. ABAG. Agroanalysis, v. 22, n. 5, jun. 2002.
- ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SCHERMERHORN JR., John R.; HUNT, James N. Osborn. Fundamentos do Comportamento Organizacional. Porto Alegre: Bookman, 1999.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA – 2002 – 2003. Florianópolis: Instituto CEPA/SC , 2003.

VIEIRA, Adriane. **A qualidade de vida no trabalho e o controle da qualidade total.** Florianópolis, 1996.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento Organizacional.** São Paulo: Saraiva, 2000.

ZOCAL, Rosangela et al. Produção de Leite na Agricultura Familiar In: XLII CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. **Anais ...** Cuiabá/MT, 2004.